

FAMÍLIA, MERCADO DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS NO MEIO URBANO

Iracema Brandão Guimarães*

RESUMO: *O trabalho se propõe analisar as formas pelas quais as mudanças econômicas e sociais manifestam-se no âmbito das famílias e unidades domésticas de diferentes setores sociais, exercendo impactos sobre as modalidades de incorporação da força de trabalho de homens e mulheres. Na medida em que tais processos estão vinculados à expansão e diversificação econômica das cidades, apresentamos, na primeira parte do trabalho, alguns dados relativos à participação dos membros das famílias no mercado de trabalho, em termos comparativos, entre regiões metropolitanas brasileiras, com destaque para a cidade de Salvador. Na segunda parte, apresentamos dados de uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de pôr em discussão a importância das relações familiares para a inserção e manutenção dos trabalhadores informais nessa cidade.*

PALAVRAS CHAVE: Família, trabalho, estratégias

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, tomamos como ponto de partida as formas pelas quais as mudanças econômicas, sociais, e demográficas manifestam-se no âmbito das famílias e unidades domésticas de diferentes setores sociais, exercendo impactos sobre as modalidades de incorporação da força de trabalho de homens e mulheres. Supomos que tais processos estão vinculados à expansão e diversificação econômica das cidades e ainda relacionados com o padrão de desenvolvimento do capitalismo, um fator que assume características particulares em cidades nordestinas.

Isso pode ser observado a partir de dados divulgados do Censo Demográfico, Pnad e PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, os quais permitem apontar um perfil comparativo das famílias entre as regiões brasileiras, traçando um interessante contraste entre as desigualdades regionais e buscando especificar as características para o

* Professora e pesquisadora do Departamento/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Centro de Recursos Humanos. Pesquisadora do CNPq.

caso de Salvador. Nesse aspecto, buscamos analisar até que ponto os dados permitem refletir sobre o agravamento da crise econômica, ocorrida nas últimas décadas, e seus impactos sobre a organização das famílias, implicando uma crescente diferenciação entre os estratos sociais existentes nas metrópoles e no empobrecimento de um número maior de famílias.

Como se sabe, esse contraste é mais expressivo quando se comparam as características das famílias entre o Sudeste e o Nordeste. Na primeira região referida, concentra-se o maior contingente populacional do país, o qual apresenta a maior renda familiar média – de R\$ 1.085,00 – e, ao mesmo tempo, o menor número médio de pessoas por família – 3,3 membros. Isso sugere, em termos comparativos, um menor recurso à participação familiar no mercado de trabalho, apontando a menor relevância das estratégias direcionadas à manutenção da reprodução cotidiana. Já no Nordeste, encontra-se o segundo maior contingente populacional do país, apresentando o maior número médio de pessoas por família, de 3,7 e a menor renda familiar média do país – R\$ 519,00. (Dieese, 2001). Nesse caso, o recurso às estratégias familiares para a reprodução cotidiana tende a se intensificar, o que indica a atualidade das abordagens que apontem os fatores relativos às condições de vida das famílias e grupos domésticos existentes nas cidades brasileiras.

CARACTERÍSTICAS DOS CHEFES DE FAMÍLIAS NO MEIO URBANO

Comparando-se as duas regiões mencionadas, os contrastes tornam-se gradativamente evidentes: enquanto, no Sudeste, predomina a população branca (64 %), verifica-se que, nesse contingente, 33,3 % dos chefes de família possuem de 4 a 7 anos de estudo, 29,7 % possuem de 8 a 14 anos de estudos e 8,2 % dos chefes de família tem quinze anos ou mais de estudos. Já no Nordeste, como se sabe, predomina a população negra e parda (70,1%), sendo que 21,3 % dos chefes possuem de 4 a 7 anos de estudos, 19 % possuem de 8 a 14

anos de estudos e apenas 3.4 % dos chefes de família têm quinze anos ou mais de estudos (Dieese, 2001).

Tais características dos responsáveis pelos domicílios, nas duas regiões, põem em destaque tanto os níveis de renda como as características pessoais dos chefes, o que assume um caráter mais preponderante, uma vez que tais fatores influenciam decisivamente na inserção no mercado de trabalho, na qualidade de vida e nas condições atuais e futuras dos seus dependentes.

Para esse tipo de abordagem, costuma-se distinguir duas linhas de análises: uma que enfatiza a reprodução da população no contexto da reprodução da sociedade, e outra que enfatiza a reprodução dos indivíduos em suas determinações estruturais. A primeira permite focalizar os aspectos macrossociais, e a segunda, permite focalizar as ações individuais e familiares. A reprodução da população – que abarca a reprodução humana, os processos sociais que permitem explicar contradições existentes entre a população e os recursos disponíveis, como a reprodução da força de trabalho – remete às capacidades dos indivíduos, físicas e psíquicas, que se põem em ação ao produzirem valores de uso de qualquer natureza. O conceito de reprodução da força de trabalho envolve, portanto, desde o desgaste físico e psicológico do trabalhador como indivíduo (abarcando as características dos processos de trabalho e de produção, qualificação, adaptabilidade, rotatividade), até a organização familiar, a incorporação de mulheres e menores ao mercado de trabalho, os mecanismos de socialização, aprendizagem e controle, produzidos no interior das unidades domésticas, e também nas escolas, ou mesmo nos sindicatos. Assim, “a reprodução da força de trabalho abrange a reprodução do próprio trabalhador e também dos seus familiares, destacando-se o papel das unidades domésticas e de seus membros, ao porem em prática mecanismos intra e extradomésticos que são fundamentais para a manutenção dos níveis de vida da população em situações históricas dadas.” (Oliveira, Salles, 1991, p.17).

Existe, então, uma tomada de decisões sobre o trabalho e as atividades complementares à reprodução cotidiana que constituem as estratégias familiares. Vários autores discutem conceitos como estratégias de reprodução, estratégias familiares, estratégias de vida ou de sobrevivência, remetendo às famílias e unidades domésticas para articular os processos de manutenção cotidiana, de manutenção geracional e de reprodução das relações sociais. Importa, aqui, a ênfase de Bourdieu, para quem o *habitus* é o elemento unificador das múltiplas estratégias – biológicas, culturais, sociais. Assim, as estratégias são vistas como estruturas de opções, ou de decisões, que atuam de modo interdependente – como práticas de trabalho, de procriação, de socialização dos filhos, ou de migração.

Segundo dados divulgados da Pnad de 1999 (Dieese, 2001, p. 34), o perfil médio do chefe de família brasileiro é de predominância masculina, em geral ocupado, com ensino fundamental completo ou incompleto, sendo responsável por cerca de 68 % da renda total da família. Mas essa relação varia entre as regiões metropolitanas, observando-se que ocorreram mudanças nos padrões de incorporação da força de trabalho, com uma redução de postos de trabalho masculinos e um aumento das mulheres e jovens em trabalhos precários, resultando em menor participação dos chefes provedores masculinos na composição da renda familiar. A proporção dos chefes de família ocupados, em 1999, era a seguinte: Distrito Federal (69.3 %), São Paulo (67.5 %), Porto Alegre (63.5 %), Belo Horizonte (61.1 %), Salvador (60.2 %) e Recife (59.8%). (PED, Dieese, 2001).

Comparativamente, a condição de desempregado é maior entre os chefes de família em Salvador (14.8%), seguindo-se as demais regiões: Recife (10.6%), São Paulo (10.3%), Distrito Federal (10.2%), Porto Alegre (9.7%) e Belo Horizonte (8.3%). Os dados estão a indicar que o alto nível de desemprego, entre chefes de família em Salvador, indica a existência de um recurso mais intenso à participação familiar, entendida como estratégias de trabalho para a manutenção da família.

Entre os chefes ocupados, constata-se, também, que a renda média, na Região Metropolitana de Salvador, é a segunda mais baixa entre as maiores regiões metropolitanas (R\$ 588,00),¹ encontrando-se acima somente de Recife (R\$ 529,00), seguindo-se as demais metrópoles: Porto Alegre (697,00), Belo Horizonte (705,00), São Paulo (939,00) e Distrito Federal (1.230,00) (PED, Dieese, 2001).

Como já foi observado, os baixos níveis de renda das pessoas responsáveis pelos domicílios, em Salvador, encontram-se associados a uma maior proporção de chefes da raça negra e parda (80.7%), ao contrário do que ocorre com os chefes negros e pardos em Porto Alegre (10 %), seguindo-se São Paulo (31.2 %), Belo Horizonte (52.8%), Distrito Federal (58.5 %), e Recife (64.7 %).

Há, portanto, uma complexa relação entre os determinantes econômicos e os determinantes culturais que rebatem sobre o acesso dos indivíduos ao trabalho. Isso também pode ser observado pela existência de uma menor proporção do sexo masculino (69.1%) e, portanto, uma maior proporção de mulheres chefes de família também na região de Salvador (30.9%), enquanto, nas demais metrópoles, a proporção dos chefes masculinos é a seguinte: São Paulo (76.6 %), Porto Alegre (75.3%), Belo Horizonte (72.7 %), Recife (71.8 %) e Distrito Federal (71.7%). Segundo os dados divulgados, para o caso da Bahia, entende-se que as migrações do campo à cidade vêm sendo majoritariamente femininas, uma vez que a falta de empregos impulsionou as mulheres jovens a buscar melhores perspectivas nas cidades. Além disso, o perfil da economia que vem sendo desenvolvido no meio rural brasileiro – marcado pela redução da produção de sub-

¹ Essa informação deve ser confrontada com o dado relativo apenas à cidade de Salvador. Dentre os municípios do Estado da Bahia que apresentavam, em 2000, os maiores níveis de rendimento das pessoas responsáveis pelos domicílios, destacavam-se Lauro de Freitas (R\$ 977,50), Salvador (R\$ 893,89) e Barreiras (R\$ 777,34). No outro extremo, figuram os municípios de Matina (R\$ 152,70), Novo Triunfo (155,47) e Mirangaba (R\$ 155,78), como detentores dos menores níveis de rendimento de chefes de família, dentre os 415 municípios baianos. (Censo 2000, IBGE).

sistência, progressivo aumento do número de trabalhadores rurais assalariados e expansão de modernas atividades agropecuárias e agroindustriais, organizadas para a produção em larga escala – vem produzindo excedentes de mão-de-obra rural e está alterando os padrões de fluxos e movimentos migratórios (SEI, 1998). Ao lado disso, as atividades emergentes no campo absorvem mais as pessoas do sexo masculino, e a maior parte do excedente de força de trabalho, que acaba migrando para as cidades, é do sexo feminino. As migrações também estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano, verificando-se que o predomínio de mulheres jovens se relaciona com a expansão dos serviços, tanto em empresas como nas residências, em atividades domésticas (SEI, 1998).

A maior instabilidade das uniões também vem contribuindo para o aumento do número de famílias sob responsabilidade feminina, constatando-se que essas mulheres são geralmente divorciadas, viúvas ou solteiras. Na Bahia, em 1999, a mulher chefe de família era o segundo principal (correspondendo a 18,2% do total de famílias), sendo inferior apenas à família nuclear (53,7%). Mas, na Região Metropolitana de Salvador, a proporção de famílias com chefia feminina era mais significativa (24,4%) e ainda maior em Salvador (37,5%). Destaca-se, ainda, a importância da educação, um aspecto que vem sendo destacado entre os resultados do último censo demográfico, o que pode influir nas oportunidades encontradas no mercado de trabalho. Houve uma melhoria do nível educacional dos responsáveis pelos domicílios na Bahia ao longo desta década, já que, entre 1991 e 2000, reduziu-se de 44,8% para 30,0% a proporção de pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo. Observa-se, também, que houve aumento, tanto na proporção de chefes de família com escolaridade entre 8 e 10 anos (de 6,0% para 8,2%) quanto no grupo de 11 a 14 anos de estudo (de 8,4% para 12,5%) (Censo 2000, IBGE).

CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A taxa de participação (pressão da oferta de trabalho sobre o mercado) aumentou 0,7% entre 2000 e 2001, na Região Metropolitana de Salvador, mas permaneceu estável para os homens e aumentou em 1,7% entre as mulheres, o que confirma a crescente incorporação feminina ao mercado de trabalho.

Taxas de Participação Anuais Médias, segundo Faixa Etária - Região Metropolitana de Salvador.

1997-2001

Famílias - RMS

Atributos Pessoais	Taxas de Participação			Variações Relativas	
	1997	2000	2001	2001/2000	2001/1997
TOTAL	59,9	61,0	61,4	0,7	2,5
Sexo					
Homens	69,3	69,2	69,2	0,0	-0,1
Mulheres	51,9	53,9	54,8	1,7	5,6
Posição no Domicílio					
Chefe	75,9	74,7	74,7	0,0	-1,6
Demais	53,0	54,6	55,2	1,1	4,2
Cônjuge	56,8	58,3	58,8	0,9	3,5
Filho	48,4	51,1	51,9	1,6	7,2
Outros	60,1	59,2	58,9	-0,5	-2,0
Faixa Etária					
10 a 14 Anos	10,3	7,9	5,3	-32,9	-48,5
15 a 17 Anos	39,1	33,2	31,7	-4,5	-18,9
18 a 24 Anos	74,1	74,6	75,1	0,7	1,3
25 a 39 Anos	83,5	84,9	84,9	0,0	1,7
40 a 59 Anos	71,6	71,1	72,0	1,3	0,6
60 Anos e Mais	19,2	18,4	17,7	-3,8	-7,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Considerando-se a posição no domicílio, um indicador da participação familiar e, portanto, das estratégias discutidas neste trabalho, constata-se que houve aumento da participação dos filhos (1,6%) e dos cônjuges (0,9%), enquanto a participação de chefes de domicílio manteve-se estável. Segundo a faixa etária, destaca-se o crescimento da taxa de participação das pessoas entre 40 e 59 anos (1,3%) e um pequeno crescimento da participação dos filhos jovens entre 18 e 24 anos (0,7%). Mas o dado positivo é que a estratégia baseada na participação das crianças de 10 a 14 anos no mercado de trabalho se redu-

ziu, (10,3% em 1997, caindo para 5,3% em 2001). Houve, também, um decréscimo na participação dos adolescentes, (de 39,1% para 31,7%). Isso vem confirmar uma das mudanças no tipo de estratégia familiar adotada entre as famílias na RMS, provavelmente em decorrência do ingresso maciço das mulheres, especialmente das cônjuges, no mercado de trabalho, como tem sido observado.

Portanto, a análise da posição no domicílio indica que, em 2001, os níveis de desemprego apresentaram-se com taxas maiores entre os Filhos (6,6%) e os Cônjuges (2,3%), enquanto os Chefes de Família (0,6%) e os Outros Membros do domicílio (1,8%) apresentaram menores níveis de desemprego. Segundo as faixas etárias, confirma-se também que as principais elevações das taxas de desemprego ocorreram entre as crianças de 10 a 14 anos (19,1%), acompanhadas de aumentos menores de desemprego em outras faixas – de 25 a 39 anos (6,1%), ou de 18 a 24 anos (5,0%) ou ainda entre os adolescentes de 15 a 17 anos (4,1%).

Segundo os mesmos dados divulgados (PED, 2001), o nível de ocupação apresentou um aumento de 2,5% na RMS. Os maiores crescimentos ocorreram no emprego doméstico e no assalariamento subcontratado (5,4% e 4,6 %, respectivamente), mas o contingente de autônomos reduziu-se de 1,6% em relação ao ano anterior. Segundo a mesma fonte, a maior criação de postos de trabalho, em termos absolutos, ocorreu no Setor de Serviços (15.000), no Comércio (7.000), e “Outros Setores”, (5.000).

Por fim, os dados divulgados indicam que a parcela da renda obtida pelos 10% das pessoas com maiores rendimentos diminuiu de 45,0%, para 44,2%. Mas os 50% de ocupados com menores rendimentos aumentaram o percentual de renda obtida, de 14,1% para 15,2%, observando-se também que, em relação aos últimos 5 anos, os 10% dos ocupados mais pobres, passaram de 0,6% em 1997 para 1,0% em 2001. (PED - RMS, 2001)

PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E TRABALHO INFORMAL

Tendo em vista a heterogeneidade do trabalho e da economia informal, sabe-se que a sua visão negativa (ausência de certos fatores), começou a ser contestada no final dos anos 80. Novas interpretações passaram a indicar que a economia informal passa a ser vista por comparação, ou em confronto, ou como um subconjunto da chamada “economia subterrânea, ou submersa”. O ajuste do mercado de trabalho na crise se dá, para alguns autores, pela expansão de ocupações clandestinas, típicas dessa economia submersa. Cacciamali (1994), discutindo esses conceitos, contrapõe-se ao enfoque do setor informal, visto como uma parte residual ao mercado de trabalho regulamentado, entendendo que, desde a década de 80, em todas as regiões do país, houve um crescimento do trabalho assalariado sem regulamentação.

Para a autora, as atividades informais não obrigatoriamente estão associadas a baixos níveis de renda e sim vinculadas a estratégias de sobrevivência ou de ascensão social, seja pelo fato de esses indivíduos não possuírem qualificação suficiente, educação ou hábitos de trabalho condizentes com os requerimentos do setor formal, seja por não terem oportunidades, ou não quererem se submeter ao tipo de ocupação, nem aos salários nele oferecidos. Essa questão *remete à problemática do modo de vida e das estratégias de sobrevivência urbanas, como discutimos neste trabalho.*

Para Cacciamali (1994, p.30), “*é possível detectar a existência e as causas que levam às condições precárias no exercício do trabalho, pois, as atividades informais respondem por espaços intersticiais na estrutura produtiva e de demanda gerados pelo padrão e expansão capitalistas numa dimensão espaço-temporal*”. (Cacciamali, 1994, p.32).

Assim, o desenvolvimento do mercado de trabalho recente, em face da debilidade do crescimento econômico dos anos 80 e da extensa regulamentação que rege o trabalho assalariado, tem ocorrido prin-

principalmente, no meio urbano, através do aumento das relações assalariadas “clandestinas” – à margem da legislação trabalhista (Cacciamali, 1994). Há, portanto, uma coexistência entre os setores formal e informal, o que ocorreria em todas as economias industrializadas. Mas, se a interpretação do fenômeno segue apenas a ótica da ilegalidade, não se esclarecem as suas delimitações. A autora propõe, então, considerar a abordagem das atividades que operam com base no trabalho do proprietário do instrumento de trabalho, com a ajuda de mão-de-obra familiar e auxiliares, como o setor informal, e considerar o conjunto das atividades ilegais como “economia submersa” (Cacciamali, 1994, p.131).

“A inserção nas atividades informais é consequência de um singular processo de desenvolvimento econômico, no tempo e espaço, como configuração e dinâmica de um processo maior que deixa espaços produtivos abertos, passíveis de serem explorados” (Cacciamali, p.221). Assim, as características da produção informal permitem uma invisibilidade fiscal-tributária e o descumprimento das regulamentações do Estado, compondo, assim, uma economia submersa, ou não registrada, uma vez que o trabalhador ou o empreendimento não estão registrados junto aos órgãos reguladores, controladores, ou fiscalizadores.

Uma conjugação de fatores se associa ao crescimento das atividades ligadas ao setor informal, entendendo-se que a sua expansão se cruza com outros fatores de caráter sociocultural, os quais incidem sobre as condições de reprodução das famílias pobres na cidade de Salvador, onde as atividades consideradas informais apresentam uma importância histórica. Aqui, o chamado setor informal não é somente um produto do desenvolvimento capitalista na economia baiana. A sua forma histórica indica que o *“varejo tradicional, ou as inúmeras ocupações relacionadas à prestação de serviços, ou mesmo o representativo contingente da produção artesanal não tipicamente capitalista, pré-existiam ao momento atual do capitalismo na Bahia”* (Bahia. Secretaria da Indústria e Comércio, 1985). Assim, a persistência de certas ocupações típicas na cidade e a conti-

nuidade da sua reprodução remetem a certa historicidade, levando à busca de explicações sobre o fato de, em Salvador, “*o setor terciário aparecer claramente inchado, e com atividades informais do tipo do comércio ambulante, dos pequenos prestadores de serviços, do emprego doméstico remunerado e das feiras*” (Bahia. Secretaria da Indústria e Comércio, 1985, p.17).

Com o desenvolvimento recente, a extração do petróleo no Recôncavo e, posteriormente, a implantação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico, novas atividades imprimiram uma reorganização ao mercado de trabalho, já que a industrialização gera uma demanda crescente de serviços novos e modernos, estimulando também inúmeros segmentos tradicionais.

Permanecem e se ampliam as atividades que podem ser exercidas com a mão-de-obra familiar, ou no próprio domicílio, ou no próprio bairro, de forma não registrada – de acordo com as características do trabalho informal. Segundo estudo anteriormente realizado (PED, períodos de 1987-1988 e 1996-1998), constatava-se que 39,5% dos ocupados de Salvador, com declaração de renda, foram considerados excluídos (cerca de 350 mil pessoas) e cresceu a proporção de trabalhadores informais na população ocupada da cidade, em cerca de 43% (380 mil pessoas). A informalidade estava crescendo, principalmente nos setores do comércio, serviços domésticos, serviços de alimentação e na construção civil, sendo também alta nas atividades de limpeza e oficinas mecânicas.

Os trabalhadores informais de Salvador exerciam a sua atividade principal, sobretudo, na própria residência, em barraca ou banca, e muitos sem instalação fixa (em local público, ou dirigindo-se às residências), operando em pequena escala, ou em pequenos estabelecimentos, mas frequentemente sozinhos, ou com familiares e sócios. (Almeida e Azevedo, 1999). Observou-se uma predominância de trabalhadores mais velhos, com maiores chances de inserção em uma ocupação informal, confirmando-se, nesse caso, o papel da família na manutenção de membros não ativos (filhos ou agregados sem ocupa-

ção). Houve, portanto, um aumento na proporção de famílias chefiadas por ocupados informais, já que, em 1987/1988, elas representavam 18,6% e, em 1996-98, passaram a 24,4%. [ibidem, p.74].

Para os objetivos que propomos destacar, isso implica diferenças de inserção social das famílias. A participação no mercado de trabalho encontra-se fortemente relacionada à qualificação profissional – maior a qualificação e a renda, maior a inserção no mercado de trabalho formal. Entretanto, nos estratos sociais de menor renda, há uma menor qualificação, e a inserção no mercado de trabalho implica recorrer ao setor informal, composto de uma heterogeneidade de atividades consideradas irregulares e de trabalhos precários.

Essas observações nos levam a refletir sobre algumas características dos trabalhadores informais, inseridos no comércio ambulante, localizados na cidade de Salvador. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa ainda em curso, realizada com os vendedores ambulantes que atuam em quatro áreas centrais da cidade.²

Dentre as características gerais dos vendedores ambulantes abordados na pesquisa, destacam-se uma predominância masculina (58.5%) e uma maior concentração na faixa etária de 30 a 39 anos (29.4 %), seguindo-se a faixa de 40 a 49 anos (24.5 %), ou mais jovem, de 20 a 29 anos (23 %). Os ambulantes que possuem 50 a 59 anos representam 10 % do total e, acima dessa faixa, encontram-se apenas 2.8 %. Quanto à escolaridade, verifica-se uma reduzida proporção de analfabetos, (4.3 %), uma maior parte que possui o 1º. grau incompleto (43.3 %), ou o 1º. grau completo (19 %), encontrando-se

² Durante essa fase da pesquisa, foram aplicados 142 questionários com vendedores ambulantes que trabalham nos seguintes locais: A) Avenida 7 de Setembro e ruas paralelas, localizadas no centro da cidade; B) Estação Rodoviária - Shopping Iguaçu, viaduto que liga os dois locais; C) Estação da Calçada, localizada na Cidade Baixa; D) Bairro da Liberdade, rua Lima e Silva, um bairro popular tradicional de Salvador. Essa pesquisa abrange um leque bastante amplo de questões, com o objetivo de conhecer as condições de trabalho e de vida dos ambulantes. O projeto vem sendo desenvolvido com o apoio do CNPq, através de bolsas, e conta com o apoio institucional do Centro de Recursos Humanos da UFBA.

ainda um contingente significativo que possui o 2º. grau incompleto (16.3%) ou completo (15.6 %).

Observa-se que cerca de 51.4 % dos ambulantes nasceram em outra cidade do estado da Bahia, mas 42 % nasceram em Salvador, e apenas 6.3 % nasceram em outro estado. Para aqueles que não nasceram em Salvador, a maior parte já reside há algum tempo nessa cidade. Isso permite verificar que não há uma predominância de imigrantes rurais recentes, nesse segmento informal, como alguns estudos já consideraram. Essa informação conduz à indagação sobre o caráter transitório do trabalho informal, verificando-se que apenas 9 % dos entrevistados exercem a atividade há menos de 1 ano, enquanto 32.8 % a exercem de 1 a 5 anos, 29.5 % exercem a atividade de 6 a 10 anos, e 14.8 % a exercem de 11 a 15 anos.

Considerando-se a situação familiar desse segmento dos vendedores ambulantes de Salvador, verifica-se que a maior parte é casada (35.9%), ou tem convivência conjugal (16.9%), perfazendo um total de 52.8% desses trabalhadores que se encontram na posição de chefes de família ou dividem essa posição com cônjuge ou outro membro do grupo doméstico. Os demais são solteiros (34.5%), separados ou divorciados (9.1%), ou viúvos (2.8%). Essa questão é confirmada pela proporção relativamente elevada daqueles que afirmam sustentar a sua família, verificando-se que o entrevistado é o chefe provedor em um maior número de casos (36.2%), seguindo-se as situações em que há uma participação familiar, seja partilhada pelo casal (25.4%), ou pelo entrevistado, com outros parentes (15.2%). Outras situações de participação familiar referem-se ao sustento da família pelos pais (4.3%), ou apenas a mãe (5.8%).

A inserção, na atividade informal, depende, em boa medida, das relações familiares ou de amizade, já que, para 62% dos ambulantes, os parentes o ajudaram a começar nessa atividade. Além disso, 24.1% contaram com a ajuda de amigos e 7.6% com ajuda de vizinhos ou colegas. Indagando-se sobre a maneira como começaram nessa ativi-

dade, a maior parte indica um tipo de mercadoria ou serviço, sem mencionar o recurso a relações pessoais para iniciar-se (12%), ou ainda a relação de ajudante ou aprendiz (3%). Entre aqueles que mencionam as relações pessoais, predominam os parentes (6%), ou vizinho e colega (3%). Encontram-se, ainda, as situações daqueles que começaram a atividade informal depois de desempregado (3%) ou com a aplicação de algum dinheiro recebido de férias ou indenização (6%).

A aquisição da mercadoria é feita no comércio atacadista (37%), através de outra pessoa ou intermediário (24%), ou no comércio varejista ou supermercado (19%), encontrando-se, ainda, os que compram direto da fábrica (5.3%), ou que têm produção própria (6.8%). A maioria dos ambulantes compra suas mercadorias à vista (69.3%); alguns à prazo (13.4%), ou nas duas modalidades (17.3%). A relação com o cliente é variada, mas a maioria enfatiza que a atração do cliente se faz através do bom tratamento (38.3%), enquanto outros se limitam à exposição da mercadoria (15%), ou à exposição e ao bom tratamento (10%).

Observa-se, também, que a maior parte dos ambulantes trabalha sozinho nessa atividade (71%); mas, para os que não o fazem (28%), predomina o trabalho com o cônjuge (19%), ou com irmãos (19%), seguindo-se os que trabalham com os pais (14%), ou com outros parentes (14%). Outra característica importante dos ambulantes é que a maioria é dona do seu ponto (barraca ou caixa), ou da mercadoria (83.6%), enquanto, entre os restantes, a metade indica que o dono do ponto ou mercadoria é um parente, e a menor parte indica um comerciante que possui outros pontos de comércio ambulante.

A definição do espaço onde realizam a atividade é feita pela Prefeitura (67%), ou pelos próprios vendedores (26%). Cerca de metade dos ambulantes informa trabalhar durante 6 dias na semana (54%), e outros informam trabalhar 7 dias na semana (23%), ou ainda 5 dias (20%). O tempo de trabalho diário é de até 8 horas (18%), mas,

principalmente, superior a 8 horas, para a maioria, totalizando de 9 a 11 horas (38%), 12 horas (27%), ou acima de 12 horas (12%). E, como se poderia esperar, mais de 90 % não têm carteira assinada.

Por fim, o rendimento mensal informado no comércio ambulante situa-se, para alguns, abaixo de 1 salário mínimo (21.7%), mas, para a maior parte, situa-se entre R\$ 200,00 e R \$ 300,00 (31.9%), entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 (12.1%), acima de R\$ 400 até R\$ 600,00 (18.7%), ou mesmo acima de R\$ 700,00 (15.4%).

A perspectiva de continuar como vendedor ambulante é frequente (55.7%). Para esses, predomina a permanência, devido à falta de oportunidade de emprego (34.2%), seguindo-se os que afirmam a permanência pela satisfação com a atividade, ou porque gosta (30.1%), ou ainda por falta de emprego devido à idade (13.7%). Entre os que não pretendem continuar nessa atividade, a referência é à instabilidade e insegurança da ocupação (31.5%), e a perspectiva ou desejo de estabilidade ou de uma nova inserção no mercado de trabalho.

Na medida em que os vendedores ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida na literatura sociológica, os dados apresentados revelam características que contrariam o que geralmente se pensa sobre o trabalho informal, como a baixa escolaridade, a predominância de recém-egressos do meio rural, a predominância de mulheres, velhos ou crianças e, principalmente, o fato de ser essa uma atividade transitória. Nesse aspecto, em particular, os vendedores ambulantes de Salvador encontram-se, há algum tempo, nessa atividade, como mostramos acima, o que nega esse caráter transitório, ainda que muitos mencionem a permanência pelo fato de não mais esperarem encontrar um emprego.

Como observou Sorj (1990), em um estudo sobre os vendedores ambulantes do Rio de Janeiro,

...um dos critérios mais comuns para a seleção dos vendedores ambulantes se apóia nas relações familiares. Esse mecanismo não atende apenas à expectativa de aumento da renda familiar, mas é um produto direto do funciona-

mento de uma empresa em condições de ilegalidade, exigindo relações de lealdade intra-pessoal e de confiança mútua, que são atendidas pelas relações de parentesco.

Essa questão nos remete a dois pontos importantes para a continuidade da pesquisa: a) a necessidade de mantermos a hipótese da importância das relações familiares, tanto para a inserção como para a manutenção do trabalhador em atividades informais; b) a ampliação da noção de estratégia para o trabalho, incorporando a concepção e a lógica de operação do pequeno negócio, que exige a recorrência às relações de sociabilidade e confiança. Tal concepção pode ser relacionada à mediação, ou ao papel da família, na manutenção de certos padrões de reprodução social. Embora esse último conceito não seja, em si mesmo, explicativo dos processos de permanência e mudança do social, permite articular elementos que os explicam em termos de ações sociais pautadas por estruturas e recriadoras de estruturas. Assim, “*a complexidade do processo de constituição do social, sua permanência e mudança, requer a articulação de diversos âmbitos de análises – estruturas, instituições, vida cotidiana, práticas sociais, e as mediações*” (Oliveira; Salles, 1991).

Por sua vez, a noção de mediação implica uma reelaboração de conceitos que permitam articular processos estruturais com aqueles que se dão no âmbito das ações individuais. Para Bourdieu, o *habitus* de classe abrange um sistema de disposições, com componentes inconscientes, que orientam as práticas dos sujeitos e lhes conferem uma coerência não intencional (Bourdieu, 1979, p.191). O conceito de prática supõe, então, a existência de certas estruturas de opções historicamente determinadas, compreendidas a partir do conceito de estratégias. Assim, as estratégias de reprodução englobam práticas sociais diferenciadas, realizadas consciente ou inconscientemente por indivíduos, grupos sociais e famílias, seja para conservar ou aumentar seu patrimônio, para manter ou melhorar sua posição na estrutura de relações de classes, ou para garantir a sobrevivência. Para Bourdieu, as diferentes condições de existência produzem *habitus* distintos, e as

práticas engendradas por eles reforçam as desigualdades contidas nas condições de existência.

(Recebido para publicação em outubro/2002)

(Aceito em novembro/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tarcísio Patrício; VALE SOUZA, Aldemir. Mercados de trabalho metropolitanos: diferenças regionais. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1996.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli; ALMEIDA, Paulo Henrique de (Org). **Perfil sócio-econômico do trabalhador informal de Salvador**. Salvador, 1999. Relatório Final.

BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. **O gigante invisível**. Salvador, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Condições econômicas da transformação das disposições econômicas. In: O DESENCANTAMENTO do mundo. Paris: 1963.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction, critique sociale du jugement**. Paris: Ed. Minuit, 1979.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001.

JELIN, Elizabeth; GOGNA, Mônica. **Los pobres: família y vida cotidiana**. [S.l.], CEDES, nov., 1987.

OLIVEIRA, Orlandina; SALLES, Vânia. Reprodução social e reprodução da força de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n.14, 1991.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. GT Família e Sociedade, In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 22, Caxambu, 1998.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. **Estudos Econômicos**, [s.l.], v.19, n. especial, p.25-48, 1989.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 4, jan., 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M; GIAMBIAGI, F. (Org.) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.121-143.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, Inaiá; PINHO, José Gomes. Duas lógicas em confronto: solo urbano e moradia em Salvador. In: RIBEIRO, Luiz Cezar (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Rosa. **Notas sobre a família e as desigualdades sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

TROYANO, A. A. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e afecções dos resultados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.6, n.4, p.123-134, out./dez., 1992.

SORJ, Bila, Vendedores ambulantes, visibilidade social e invisibilidade sociológica. **Tempo e Presença**, São Paulo, n.43, 1990.